

# A fábrica de leis está parada

por Márcio Chaer  
de Brasília

A fábrica de leis do País está parada. Desde que reabriu, há quinze dias, o Congresso Nacional só votou cinco dos 1.646 projetos que se encontram em plenário. "Como os médicos", explicou o deputado Só-Diretas Flávio Bierrembach (PMDB-SP), "só estamos atendendo para pronto-socorro."

Na Câmara dos Deputados, onde 224 projetos se encontram na ordem do dia, apenas um foi considerado de emergência — o que dá um crédito especial a Santa Catarina, inundada pelo rio Itajaí-Açu.

A obstrução é feita com um simples pedido de verificação de quórum. Como raramente há número de parlamentares suficiente para deliberação em plenário, todo o Legislativo pode ser paralisado por apenas uma pessoa. Em 1981, por exemplo, o então senador Dirceu Cardoso emperrou o Congresso durante todo o ano com esse recurso.

Com esse mesmo artifício, o grupo pemedebista Só-Diretas exige a colocação na ordem do dia da emenda Theodoro Mendes — que prevê as diretas já em dois turnos — em troca da suspensão da obstrução. O principal objetivo do grupo é impedir a votação da lei complementar que regula o Colégio Eleitoral.

Mas importantes projetos estão paralisados em consequência disso, como o Estatuto das Microempresas, o projeto que regulariza a situação do médico-residente, o Código Brasileiro do Ar, acordos de cooperação internacional do Brasil com diversos países, os Códigos Civil, de Processo Penal, Penal e a Lei de Execuções Penais, entre outros.

Ontem, os líderes do PMDB, PDT, PT e da Frente Liberal reuniram-se para estudar o trânsito de cinco importantes projetos: o que prevê uma nova lei nacional de informática (que ainda não pôde sequer ser lido em plenário) e as votações da emenda Heráclito Fortes (que suspende por um ano a fidelidade partidária), do Decreto-lei nº 2.100, que revê a política salarial nas estatais, do projeto que favorece o médico-residente e do que obriga a Petrobrás a indenizar estados e municípios

(Continua na Página 6)

# A fábrica de leis está parada

por Márcio Chaer  
de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

de onde ela extrai seus produtos. Até a noite de ontem, porém, segundo o deputado Flávio Bierrembach, o "Só diretas não concordara com a decisão das lideranças.

O deputado Jorge Viana (PMDB-BA), também do Só Diretas, ensinou o que essas lideranças devem fazer, caso queiram ver seus projetos aprovados: "É só trazer os deputados que não frequentam essa Casa para seu trabalho". E concluiu: "Afinal, nós não estamos impedindo nada. Só estamos mostrando que os parlamentares não se encontram aqui para votar".

No Senado, a obstrução vem sendo conduzida pelo pemedebista Jaison Barreto, mas têm sido bem mais flexível que na Câmara. Em sessões extraordinárias, os projetos não-polêmicos tem sido aprovados, como foi o caso da pro-

posição do Executivo que extingue os centavos, aprovada na segunda-feira passada e sancionada ontem pelo presidente da República. Na noite de ontem, os senadores queriam aprovar a indicação do novo embaixador do Brasil na Colômbia e uma reestruturação no sistema do Tribunal Superior do Trabalho. Não havia em plenário, porém, número sequer para se abrir a sessão.

Câmara e Senado, conjuntamente, somam 6.159 projetos em tramitação. A maior parte ainda está sendo apreciada em comissões técnicas. A baixa frequência dos parlamentares, porém, torna extremamente moroso todo o procedimento do Legislativo. Proposições como a da adoção no Brasil da Convenção da Organização Internacional do Trabalho, realizada em 1948 — que traz normas relativas à liberdade e à proteção do direito sindical —, até hoje não conseguiram chegar ao plenário.